



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 05/2021.

Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus, medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Araçariguama DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei federal nº 11.107, de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 2007, o protocolo de intenções firmado entre municípios de todas as regiões da República Federativa do Brasil, visando exclusivamente à aquisição de vacinas para combate à pandemia do coronavírus, bem como de medicamentos, insumos e equipamentos vinculados à mesma finalidade.

Art. 2º O protocolo de intenções, após sua ratificação, converter-se-á em contrato de consórcio público.

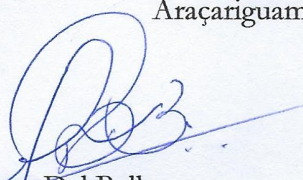
Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica.

Art. 4º A Prefeitura do Município de Araçariguama, no caso de havendo descumprimento do Plano Nacional de Imunização pelo Governo Federal, ou na hipótese de que este não proveja cobertura imunológica tempestiva e suficiente contra a doença, poderá fazer aquisição direta de vacinas, previamente aprovadas pela ANVISA, e se esta agência governamental não expedir a autorização competente, no prazo de 72 horas, poderá importar e distribuir vacinas registradas por pelo menos uma das autoridades sanitárias estrangeiras e liberadas para distribuição comercial nos respectivos países, conforme o art. 3º, VIII, "a", e § 7º-A, da Lei 13.979, de 2020, ou, ainda, quaisquer outras que vierem a ser aprovadas, em caráter emergencial, nos termos da Resolução DC/ANVISA 444, de 10/12/2020.

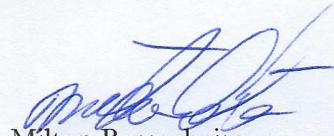
Art. 5º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 30 de março de 2021.


Dr. Marco Dal Bello
Presidente CCJR


Lili Marques
Relator CCJR


Milton Borracheiro
Membro CCJR